



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 6 DE NOVEMBRO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Olair Francisco a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura
ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação
de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 100ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna na tarde de hoje, nesta terça-feira fria lá fora e aqui dentro também, para falar mais uma vez da importância da Lei nº 4.636, de 2011, de minha autoria e sancionada pelo Governador do Distrito Federal, que trata da obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal de reter as parcelas rescisórias dos contratos das empresas prestadoras de serviços no Distrito Federal.

Nós tivemos cerca de sessenta empresas de vigilância e de limpeza que desapareceram ao longo do tempo. Os trabalhadores, Deputado Wellington Luiz, ficam sem receber os seus direitos. Termina o governo pagando duas vezes, porque a empresa recebe, não paga, vai embora, e aí os sindicatos são obrigados a entrar na Justiça. Na medida em que entram na Justiça, ela reconhece o direito dos trabalhadores e manda pagar novamente. Isso já aconteceu em todos os âmbitos da prestação de serviço — no Ministério Público Federal, já aconteceu na Câmara Federal, no Senado da República, aqui no Distrito Federal, a Codeplan já teve esse problema, a Terracap já teve esse problema.

E nós queremos evitar isso com uma lei moralizadora, porque, a partir da regularização dessa lei, vai constar agora nos editais que estão sendo lançados na praça que a empresa será obrigada a assinar uma autorização para abertura de uma conta especial, na qual o governo vai reter um valor da fatura da prestação de serviço. Na hora de pagar, a empresa será obrigada a deixar numa conta especial os valores correspondentes à multa do Fundo de Garantia, às férias, enfim, a todas as parcelas rescisórias do contrato de trabalho. Isso é fundamental do ponto de vista da moralização da prestação de serviço no Distrito Federal.

Isso, Deputada Eliana, já é uma prática do Conselho Nacional de Justiça. A minha lei se baseou numa resolução do Conselho Nacional de Justiça que está funcionando muito bem. Inclusive há uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça para que todos os tribunais superiores sigam essa determinação. Isso também já é norma no âmbito do Governo Federal. Hoje, graças a um trabalho feito por nós, inclusive com a participação do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e com a participação do então presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Dr. Mário Caron, que colaborou muito com essas diretrizes, o Ministro Paulo Bernardo teve a grandeza e a sabedoria de estabelecer no âmbito do Governo Federal essa obrigatoriedade. Portanto, nós queremos o mesmo no Distrito Federal.

Já concedo o aparte a V.Exa., até porque, Deputada Eliana, neste momento em que o governo abriu as licitações, o comum é que venham empresas de todo canto do Brasil, e empresas que infelizmente não podem ser impedidas de participar da licitação, mas que vêm concorrer com empresas estabelecidas no Distrito Federal. Empresas, nós temos exemplos, como uma que veio de Sergipe. O escritório dela era



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

uma pasta 007, chegou aqui, deu calote, foi embora, e sobrou para o Erário, ou seja, para nós contribuintes, pagar.

Então, é isso que nós queremos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – É verdade, Deputado Chico Vigilante. E agradeço já de pronto ter me cedido esse aparte.

V.Exa. sabe que sempre fui a favor do seu projeto, mas na última sessão, quando o Deputado Robério fez a sua colocação — ele chegou para falar especificamente sobre o projeto, mas naquele dia não estava bem, estava até com dor de cabeça, teve de pegar paletó, pegar gravata emprestada —, ele me mostrou um detalhe que só vi depois.

De público, aqui estou fazendo esse apelo a V.Exa: eu gostaria de saber se poderia haver uma alteração da lei. É que inclusive o lucro ficaria retido. É com o lucro que a empresa remunera os seus diretores e também investe na melhoria do serviço, na atualização e na troca dos carros, na compra de equipamentos que possam assessorar mais os serviços de segurança, na reforma de uma sede, para poder atender bem não apenas os clientes, mas os servidores. Então, há esse pequeno detalhe que acho que, se não for pedir muito, V.Exa. poderia olhar com carinho.

Na verdade, a empresa receberia o pagamento apenas para repassar os salários, apenas para repassar os pagamentos de fornecedores. Quer dizer, em tese, não teria nem como o próprio diretor da empresa sobreviver, porque ele não teria remuneração nenhuma, muito menos teria como investir no crescimento da empresa, investir no aperfeiçoamento da empresa. A gente sabe que, quando se ganha o serviço, você banca por trinta dias todas as despesas, antes que você receba a primeira fatura, porque você tem de adiantar vale transporte, vale refeição e várias outras coisas.

Tenho certeza de que, com o seu conhecimento da área, com a sua lucidez, V.Exa. haverá de ser magnânimo para fazer uma pequena proposta de alteração.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa., mas, Deputada Eliana Pedrosa, no que tange ao lucro, só o correspondente àquela parcela é que ficará retido, porque nós queremos que as empresas se fortaleçam até para poderem qualificar melhor seus trabalhadores e poderem prestar melhores serviços.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero falar mais um minuto, para falar, desta humilde tribuna, da importância das eleições que se desenvolvem hoje nos Estados Unidos. É uma eleição que mexe com o planeta. Alguém pode dizer: “Mas o que o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Deputado Chico Vigilante tem a ver com a eleição americana?” Eu quero dizer, Deputado Joe Valle, que particularmente estou torcendo pela vitória de Obama, porque eu creio que ela trará um mínimo de tranquilidade ao planeta, já que os Estados Unidos são a maior máquina de guerra existente.

Um ponto importante, Deputado Joe Valle, é que muitas pessoas falam de primeiro mundo, Deputado Evandro Garla, dizendo: “Ah, o primeiro mundo, o primeiro mundo”. Entretanto, eu vi ontem à noite num debate na televisão que os Estados Unidos, pela potência que são, não têm um sistema público de saúde idêntico ao nosso SUS. Lá, os pobres não têm um atendimento público de saúde, e exatamente por ter o Obama ousado implantar um sistema público de saúde, Deputado Agaciel Maia, ele está pagando o preço. Quem sabe, está tendo dificuldades nas eleições porque resolveu se posicionar exatamente ao lado dos menos favorecidos.

Portanto, fica aqui o meu reconhecimento e a torcida efetiva para que Obama ganhe as eleições, para que a paz no mundo volte a reinar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Obrigado também por ficar dentro do tempo concedido a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, Deputado Joe Valle, eu quero comunicar a todos os Parlamentares presentes e ao público em geral o acordo que acabamos de fazer na reunião de Líderes, presidida por V.Exa., para votarmos hoje quatro vetos acordados, projetos de autoria de Parlamentares que estão na pauta e também diversos projetos de autoria do Poder Executivo, entre os quais a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que trata da criação da Defensoria Pública. Portanto, eu quero fazer um apelo a todos os Deputados que se encontram em seus gabinetes para que desçam, para procedermos à votação dos projetos que foram acordados.

A segunda questão que quero tratar diz respeito a um evento que foi realizado hoje no Palácio do Buriti, com a presença da Ministra do Planejamento, Sra. Miriam Belchior, quando o Governador Agnelo Queiroz e a Ministra assinaram o repasse de terras da União ao GDF, para que o Governador possa realizar a política habitacional que vem sendo desenvolvida pela Sedhab. Essa ação realizada hoje contou com a presença de diversos Parlamentares como a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Evandro Garla, o Deputado Aylton Gomes e o Deputado Patrício. Essa ação permitirá aos moradores da cidade Itapoã que tenham 20 mil residências completamente regularizadas, com a posse da terra, para que eles possam lavrar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

escrituras de suas residências, como também irá gerar a criação de mais 10 mil novas unidades habitacionais para a população de baixa renda.

Eu quero, então, aqui falar a todos os presentes sobre a importância desse evento. Novas áreas serão destinadas pela Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento ao GDF, para que a nossa política habitacional possa ser incrementada. O objetivo traçado pelo Governador Agnelo é chegar ao final do seu mandato em 2014 com a efetivação de cerca de 100 mil novas residências para o público que mais precisa seja alcançado, porque aqui em Brasília quem precisa de habitação é, justamente, a população de mais baixa renda. Hoje temos sobra de apartamentos ofertados a quem pode pagar, mas temos um déficit habitacional significativo para as populações que ganham até cinco salários mínimos.

Então, eu quero aqui louvar a iniciativa e dizer que foi um ato extremamente significativo, com a presença de muitos moradores da cidade Itapoã, de cooperativas diversas do Distrito Federal. Portanto, quero homenagear o Governador Agnelo Queiroz e a Ministra Miriam Belchior pela sensibilidade de fazer com que as terras da União tenham a sua finalidade social completamente atendida.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

(Manifestação de protesto na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, companheiro. Preciso lhe falar que nós temos espaços corretos, e todos os Deputados estão completamente abertos para ouvi-lo. Neste momento, no plenário, não temos condições, porque temos uma pauta de votação extensa, mas estamos completamente abertos e damos ao senhor toda a razão. Agradecemos a vinda de todos vocês aqui, porque esta é a Casa do povo.

Muito obrigado, companheiro. Está registrada a sua colocação.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PMDB/PPL/PTC/PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã tivemos uma reunião com a presença dos Deputados Benedito Domingos, Eliana Pedrosa e Wasny de Roure na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Entre vários temas discutidos e votados, tivemos, Sr. Presidente, a votação de um empréstimo do GDF junto à Caixa Econômica Federal para fortalecer a instituição CEB.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Houve uma intensa discussão a respeito do assunto, Deputado Chico Vigilante, em face das inúmeras iniciativas que o governo tem feito para melhorar a estrutura da CEB, inclusive empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e também a alienação de alguns bens móveis, de maneira a sanear aquela instituição.

Foi levantada por várias vezes pelos Parlamentares presentes, principalmente pela Deputada Eliana Pedrosa, a necessidade de se estabelecer alguns dados e informações a este Plenário no sentido de que os Deputados possam avaliar em que nível está a situação da CEB nesse projeto de recuperação, em face dos vários apagões que estão ocorrendo em Brasília, inclusive aqui na Câmara Distrital, em uma audiência presidida pelo Deputado Cláudio Abrantes.

O que esperamos, Deputado Chico Vigilante: nós votamos porque sabemos da necessidade imprescindível que temos de colocar a CEB onde ela deveria estar, organizada administrativamente, saneada do ponto de vista financeiro, mas há a necessidade de algumas informações. Eu recebi a informação de que o Dr. Rubem viria hoje aqui ao plenário, porque haveria a possibilidade de votarmos essa autorização de empréstimo. Na realidade não é para a CEB se endividar, é um empréstimo para o GDF expandir a sua participação na CEB; não representa endividamento da CEB.

Nós precisamos saber se estamos a 30, 50, 80% com essas iniciativas de sanear definitivamente o problema da nossa Companhia Energética de Brasília. Então, precisamos entender exatamente em que nível estamos, se esse empréstimo deixa ainda 20 ou 30% de carência para que os problemas da CEB com os apagões em Brasília sejam resolvidos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Agaciel Maia, eu sei da importância que V.Exa. tem tido na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, do trabalho que V.Exa. tem feito. A CEB é uma empresa que foi completamente sucateada, V.Exa. sabe. Quando o Governador Agnelo assumiu, a CEB estava com uma dívida de 850 milhões de reais. Uma dívida reconhecida de 850 milhões de reais. Dentre essa dívida, 52 milhões referentes a multas aplicadas pela Aneel em função da má prestação de serviços pela CEB.

Nós sabemos do esforço gigantesco que o Rubem Fonseca e a direção da CEB têm feito no sentido da recuperação dessa empresa. Estamos vendo que, só para V.Exa. ter uma ideia, cerca de 100 mil pessoas usavam energia e não pagavam, e já estão entrando na legalidade no sentido do pagamento. As estações estão sendo construídas no sentido do fortalecimento, também as linhas de transmissões de alta tensão que a CEB está fazendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Portanto, quero até parabenizar V.Exa. pelo esforço que fez no sentido da aprovação do projeto. Nós acordamos, agora há pouco, no Colégio de Líderes, que ainda hoje votaremos essa autorização para que o GDF contraia esse empréstimo da Caixa Econômica para o fortalecimento da CEB, porque ela é uma empresa realmente estratégica, ela é uma empresa fundamental e que precisa ser fortalecida.

Portanto, quero me somar ao pronunciamento de V.Exa. e dizer da importância estratégica que tem a CEB. E dizer que aqui eu me perfilo naquele batalhão que está na defesa da reestruturação e do resgate da CEB.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante e o incorporo ao meu pronunciamento.

Por último, Sr. Presidente, quero avisar a todos os Deputados e Deputadas — todos nós sabemos, mas é sempre bom lembrar — que o § 2º, do art. 4º, do Regimento Interno estabelece que a sessão legislativa não pode ser encerrada sem que seja aprovado o projeto de lei do orçamento anual. E como parte do processo legislativo, do projeto de lei do Orçamento para 2013, informo que se encerra no próximo dia 9, agora, sexta-feira, o prazo de apresentação de emendas ao Orçamento.

Para que não haja atraso no processo legislativo, é muito importante que sejam protocoladas, até sexta-feira, as emendas dos Parlamentares, para que possamos votar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças os pareceres parciais e geral, e este Plenário possa ter o prazo regimental para aprovação do Orçamento do Distrito Federal para 2013.

Apenas para lembrar, a decisão do Colégio de Líderes estabeleceu os seguintes valores e números de emendas à despesa:

1. Valor máximo das emendas, por Parlamentar, de R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais), distribuídos da seguinte forma: por Deputado individual, R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais); por Deputado pertencente a partido ou bloco parlamentar, R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Totalizando R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais) é a participação de cada Parlamentar em apresentar emendas. Portanto, ressaltamos que o prazo é até sexta-feira próxima.

2. Quantidade máxima de emendas: cada Deputado pode apresentar até 40 emendas.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, pessoal da galeria que luta para que sua reivindicação seja atendida, pessoal da QNR, defensores, eu deixo o meu boa-tarde a todos.

Eu usarei a minha fala da liderança hoje para discutir uma máxima que nesta Casa é sempre levada a sério, que é o cumprimento de acordos. Em qualquer instituição, em qualquer terreno das relações humanas, é muito difícil percorrer um caminho se não houver confiança no seu interlocutor; se aquilo que é acordado não é cumprido; ou se não puder ser cumprido, não seja chamado para uma nova rodada de negociações.

Hoje, ao ler os jornais, tivemos a oportunidade de ler uma notícia que diz: greve irrita o governo. Provocou muita irritação ao governo a greve que foi deflagrada pela carreira de auditoria de controle interno do Distrito Federal. Alegavam que eles não garantiram o pagamento da folha salarial e de crédito suplementares. Portanto, o governo estava muito irritado e não iria ficar refém de chantagens.

Todavia, os servidores dessa carreira, que são técnicos altamente preparados, conscientes do seu dever e de suas obrigações, vêm tentando uma negociação com o governo desde o ano passado. Eles fizeram chegar as minhas mãos três documentos mostrando que, desde novembro do ano passado, receberam comunicação formal da Secretaria de Estado de Governo, da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Transparência e da Secretaria de Administração Pública dizendo o seguinte: "O Governo do Distrito Federal concluirá internamente a discussão sobre projeto de lei do sistema de controle interno com encaminhamento para a Câmara Legislativa do Distrito Federal até o dia 2 de dezembro de 2011". Nós estamos em 2012! Nós estamos em 2012.

Então, a greve que foi deflagrada pela carreira não foi um ato de chantagem. Não foi um ato de querer levar aos servidores públicos que ficassem sem pagamento. Muito pelo contrário. Eles garantiram servidores para processar a folha de pagamento. Mas eu peço — e aí faço um apelo à Deputada Arlete Sampaio que é a Líder de Governo — que faça o encaminhamento dessa questão. Porque as assinaturas aqui, se não se provar o contrário, são assinaturas que eu as reconheço de outros projetos do Secretário do Governo, Planejamento, Transparência e Controle e da Administração Pública, inclusive do Sindifco. Compromissos do governo de encaminhar o projeto até dezembro do ano passado. Já se passou um ano e eles não tiveram qualquer satisfação.

Então, esse é um dos temas que trago aqui.

O outro diz respeito à QNR, à questão do albergue. Eu estive lá a convite desta população, dos moradores da QNR, que me trouxeram o problema. Eu fui Secretária de Desenvolvimento Social. Entendo a necessidade de se construir quatro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

albergues com objetivos distintos em diversas localidades, em vez de um albergue só, enorme, para concentrar: a população de rua; aqueles que vêm em busca de saúde no Distrito Federal; aquelas famílias que provisoriamente têm de ter um abrigo porque estão em área de risco. Certamente é correto se pensar nisso.

Qual foi a minha primeira atitude aqui, depois que voltei dessa reunião? Eu fui ao Google, fiz todo um descritivo da situação, apontei uma alternativa e encaminhei ao Líder de Governo na época, que era o Deputado Wasny de Roure. Esperei 35 dias por uma resposta. A resposta não veio. Nem que sim, nem que não, nem que pode, nem que não pode. A partir daí, encaminhei ao Ministério Público para que tomasse conhecimento e pudesse fazer o acompanhamento, para ver se aquilo que eu havia sugerido era factível, era a melhor solução, principalmente para as crianças que vêm do Sol Nascente e teriam que atravessar em frente ao albergue para ir às escolas.

Mais ainda: tive a oportunidade de falar com o Dr. Renato, da Vara da Infância e da Juventude, levando para ele não o problema, mas uma possível solução. Sempre me coloquei à disposição do diálogo com o Governo do Distrito Federal para que pudéssemos encontrar uma saída para esse impasse. Em nenhum momento eu apontei apenas o erro, mas me preocupei em levar uma possível solução para o caso. Zero de pronunciamento! Zero de pronunciamento! Ninguém se pronunciou, porque não estão tendo respeito a essa instituição.

Eu acho que minimamente um Deputado desta Casa que representa a população do Distrito Federal deveria receber um comunicado dizendo que não é possível, ou que é possível, que não vai fazer, ou que não quer fazer, porque a sugestão veio da Oposição. Mas essas questões têm de ser vistas com muita seriedade, porque o mandato não é meu, o mandato é da população.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, obrigada pelo aparte. Eu quero solidarizar-me com os meus conterrâneos, moradores de Ceilândia. Eu sou ceilandense, estou junto com a população e sei que é importante para nós o albergue, mas não naquele espaço. O importante para nós ali — e muito importante — é a nossa creche, é ampliar o nosso centro de saúde, é a escola de período integral.

Eu quero deixar aqui a minha soma com aquela população e a minha soma com a minha vivência naquela cidade de 37 anos. Eu sei da necessidade de abrigar aqueles que não têm abrigo, mas não naquele local. Ali temos também um setor de desenvolvimento. Precisamos mais ainda de dar oportunidade aos empreendedores daquele setor, de empregar com qualidade. Nós sabemos que a política do albergue vai fazer com que aqueles que acreditam naquele setor possam se distanciar e nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

deixar ainda na situação em que vivemos, que é a falta de qualidade de vida com a falta de emprego da nossa população daquela comunidade.

(Manifestações da galeria.)

Muito obrigada, Deputada.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, eu queria me somar a essa reivindicação dos moradores que V.Exa. está externando. Eu só discordo no seguinte: precisar de albergue, precisa, mas não naquele local. Não vou falar como Parlamentar, vou falar como arquiteto e urbanista. Quando V.Exa. estava na Sedest, a equipe técnica da Sedest também lotou um albergue lá no Recanto, na 109. Eu lembro que fui até V.Exa. e mostrei que é preciso existir o albergue, porque há pessoas que estão na rua e precisam ter um lugar para ficar o tempo necessário até retomar a vida com dignidade. Agora, o albergue tem que guardar certa distância das residências, não pode ficar colado.

Na época, com a minha equipe, nós mapeamos vários lugares. É preciso ônibus nesse lugar, porque as pessoas podem pegar ônibus. O lugar tem que ter condição, mas um albergue muito próximo a residências – sem preconceito, mas sendo bastante franco – deprecia demais aquele local, traz insegurança para as famílias, que não sabem quem vai ficar e por quanto tempo. Então, eu queria somar.

Eu entendo que a Sedest pode muito bem, antes de definir essas áreas, além de ouvir os técnicos da Sedest, o que é preciso, buscar também os técnicos da Sedhab, que fazem todo o planejamento do DF, e ver uma área que seja possível para que esses albergues aconteçam, mas não próximo a residências, porque senão onde se for colocá-los será a mesma coisa.

Outro dia, estive com o Daniel lá, Deputada Arlete Sampaio, e também queriam fazer uma casa de passagem, onde foi feita pelo Arruda a Cidade dos Meninos, que não pôde ser concretizada. Eu falei: “Não, ali não é local. Há outros”. E levei aquele mapa que tinha apresentado a V.Exa.

Então, área existe. O que mais temos é área da Terracap. É preciso achar a área ideal, com segurança, com tranquilidade, com ônibus para as pessoas que vão ficar na casa de passagem, mas é preciso respeitar também os moradores e a voz dos moradores, porque precisa-se de creche, precisa-se de tanta coisa ali na QNR!

Então, eu queria me somar a vocês e a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte de V.Exa. Parabéns, Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria aqui dar o meu boa-tarde a vocês e dizer que eu tenho aqui, Deputada Arlete Sampaio, um abaixo-assinado da população da QNR contra a construção do albergue. No meu entender, é muito mais fácil, em todas essas ações do governo, primeiro ouvir o povo para saber se eles de fato querem isso. O que eles querem lá? Uma escola de qualificação, uma creche, um posto de saúde.

É uma área muito grande, que inclusive – eu estive lá por duas vezes – tem uma nascente, é um lençol freático, vai comprometer a qualidade de vida das pessoas que moram ali. Vai ser feita uma obra, eu tenho certeza, Deputado Rôney Nemer, o senhor como arquiteto e urbanista sabe, de que aquele lugar não tem necessidade dela, porque é um projeto muito grande, um projeto para mais de mil pessoas, e isso inviabiliza o comércio, que não a quer. Há uma escola de crianças, Deputado Rôney Nemer, do lado desse possível albergue. Então, é uma situação catastrófica, se isso for realmente acontecer.

Eu já me coloquei para essas pessoas de ficar na frente das máquinas, se for o caso, para isso não acontecer (Palmas.). A Deputada Eliana Pedrosa também está nessa luta, como a Deputada Luzia de Paula e como a Deputada Celina Leão, que esteve no dia da audiência pública que fizemos lá. Inclusive, o Subsecretário esteve lá e quase foi linchado. Eu tive muito cuidado para não ser.

Isso aqui demonstra a insatisfação de uma cidade abandonada como a Ceilândia. Desculpe-me. Deputado Chico Vigilante, eu falei com V.Exa., pedi a V.Exa., pedi para o Deputado Dr. Michel, pedi para vários Deputados que olhassem de uma forma diferente para aquela população. Hoje eles vieram por conta deles, porque eu chamei, convidei vários Deputados para ir. As pessoas que estão aqui vieram pagando do bolso delas. Não veio mais gente porque não tem dinheiro para pagar, Deputado Cláudio Abrantes, porque eles vieram com recurso próprio. Eu não mandei buscar nem dei dinheiro de passagem, não. O fato é que eu disse: mobilizem-se, porque aquela Casa vai ouvir, tem obrigação de ouvir vocês. Se isso aqui é uma Casa democrática, tem que ouvir, porque esta é uma Casa do povo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte da Deputada Liliane Roriz.

Para finalizar a minha fala de Líder, eu só queria parabenizar os defensores públicos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PPL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa. Eu quero também me somar a essa luta dos moradores. Com um pouquinho de experiência na condição de policial, a gente sabe que, onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

há albergue, lamentavelmente, porque não há como o Estado controlar da forma como deveria, há um aumento vertiginoso da violência. Então, é necessário, é importante que essas pessoas sejam ouvidas. O albergue tem que existir, como todos disseram aqui, é uma iniciativa importante do governo, mas não entre moradores, porque o albergue é frequentado por pessoas de bem, mas por outras nem tanto. Então nós temos que pensar no cidadão de bem, no morador, e a sua vontade tem que ser respeitada.

Eu acho que é fundamental que se discuta outro local. Ninguém é contra a construção do albergue, mas não entre residências, porque, senão, essas pessoas ficarão à mercê. Nós temos, e é fácil comprovar, várias ocorrências envolvendo pessoas que estavam em albergue e vitimaram moradores da região, como no caso de Taguatinga Sul. Então é importante que os moradores sejam ouvidos e outro local seja pensado para a construção do albergue.

Muito obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, a gente tem discutido muitos temas aqui na Câmara, de suma importância. Esse é um tema importante, mas nós temos que dar um passo à frente, e não um passo para trás. A questão não é a construção, a questão são as pessoas. Nós temos que ter é política pública que incentive a nós, a iniciativa privada, a dar apoio a essas pessoas, em que o governo entre com uma parte. Será que o governo não tem que ter uma política pública para que, se a gente contratar um albergado desses, tenha desconto no imposto, ou para que o Governo do Distrito Federal entre com a passagem, entre com o tíquete-alimentação daquela pessoa que é albergada?

Não adianta construir, construir, pensar apenas em local para pôr as pessoas. O mais sério é que nós temos que pensar em como tirar o cidadão de lá, para não ser albergado. Esse é o grande desafio que nós temos que enfrentar. Então, neste momento em que a gente começa, em que o governo quer construir albergues em todo o Distrito Federal, está na hora de a gente encontrar uma política pública que possa de fato fazer a diferença. Eu não sei se a diferença é construir prédio. Eu sei que a diferença é dar apoio àquela pessoa que está precisando e hoje usa o albergue como moradia, hoje usa o albergue como sua casa. O albergado é passageiro, não estatizado. Ele não está lá para ficar um mês, dois meses, três meses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Do que nós precisamos? Encontrar uma maneira, governo e sociedade, para que a gente trabalhe para tirar essa pessoa que está na posição de menos favorecido. Nós temos que trabalhar para que ele não seja um albergado, para que nós o salvemos. Porque pode estar lá um primo meu, pode estar lá um irmão meu, pode estar lá um vizinho da gente, uma pessoa amiga. O que nós vamos fazer para esse cidadão não ser rejeitado por nós e pelo governo? Nós temos que trabalhar para dar a mão a essa pessoa que precisa. Essa é a nossa função.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, eu só gostaria de fazer uma lembrança, porque eu acho que é importante a gente pontuar alguns aspectos. Eu tive o cuidado de fazer uma audiência pública sobre a questão do albergue na situação em que ele estava hoje em Taguatinga, na região do Areal. A gente teve a participação de várias pessoas. A gente sabe, hoje, qual era o medo da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar: que a gente estivesse vivendo no Distrito Federal uma intolerância social, algo que é realmente inaceitável.

O que eu acho que deixou a desejar e que falhou é a decisão: tem que levar para algum lugar, mas tem que escutar a população primeiro! Essa é a lógica inversa. Você pode decidir colocar onde quer que você queira, o governo tem essa condição, mas eu acho que — principalmente o Partido dos Trabalhadores, que é fomentado no debate, no diálogo — não se promover uma audiência pública para decidir o local com os moradores da região é uma falta de respeito com a população de Ceilândia, e principalmente da QNR.

Eu tive o cuidado de ir à audiência que a Deputada Liliane Roriz propôs, e a gente fica, às vezes, perplexo de a população comentar que aquela era a primeira audiência, já em obras. A audiência tem que ser antecipada. A partir do momento que a população tomou a decisão junto, ela é partícipe da decisão.

A gente entende que a política tem que acontecer, sim, porque nós temos que resolver um problema social que atinge hoje o Areal, que é a construção das novas unidades, mas a população precisa ser escutada e realmente respeitada.

Muito obrigada. (Palmas.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, esse é um tema muito importante, as pessoas se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

mobilizaram para estar aqui, e o que a Deputada Liliane Roriz falou precisa ser levado em consideração. Se há uma escola próxima a esse terreno, é preciso que a gente repense isso e discuta com a comunidade, porque não há nada mais importante do que uma escola e as crianças nessa escola. Elas precisam de proteção, de cuidado, o Estado precisa pensar melhor essa situação, ouvir a comunidade e refletir que há uma escola ali — e ponto final. Sobre isso não há muito como a gente conversar.

Parabéns, Deputada. (Palmas.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A questão dos albergados é muito complexa porque não há uniformidade dessa população. Nós sabemos que há pessoas que vêm ao Distrito Federal para tratamento de saúde; sabemos que há pessoas no Distrito Federal que saíram de seus países de origem em função de perseguições políticas ou de guerras e estão aqui de passagem; há pessoas que têm problemas mentais, foram recolhidas da rua e estão lá; há pessoas que são dependentes químicos; e há outras situações pelas quais as pessoas são levadas para lá, como famílias que são remanejadas por situação de risco — a gente sabe de tudo isso.

A ideia que nós tivemos no governo passado, de dividir em quatro, era para separar esses públicos, mas o que está faltando mesmo, que fica patente na manifestação dos moradores da QNR e das diversas manifestações aqui, é que faltou esse diálogo com a comunidade. Onde falta o diálogo, aí é complicado.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar todos os moradores do Sol Nascente e dizer que a Sedest, na pessoa do nosso Secretário Daniel, me mandou algumas informações. Eu acho que a verdade é sempre importante prevalecer.

Houve reunião da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Subsecretaria de Assistência Social com a comunidade. Houve outra reunião do Subsecretário com a comunidade no dia 27 de julho de 2012, na Associação de Moradores, QNR 1, conjunto N, casa 1, Ceilândia. A Secretaria participou da audiência pública promovida pela Deputada Liliane Roriz. No dia 15 de setembro de 2012, a Sedest realizou uma ação em Ceilândia, os moradores da QNR receberam uma equipe da Sedest na Escola Classe 65 para esclarecer dúvidas e verificar a situação das famílias, inclusive aquelas que estão no cadastro único.

A equipe da Sedest também apresentou à comunidade os serviços que são oferecidos às unidades que serão inauguradas naquela região administrativa. É importante dizer que além do albergue, estão previstos um restaurante comunitário e um Centro de Referência de Assistência Social, todos da alçada da Sedest para aquela área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Por último, como falou a Deputada Eliana Pedrosa, estão previstos quatro albergues no Distrito Federal: um exclusivamente para pessoas que vêm ao Distrito Federal tratar da saúde; outro para famílias que estão nas ruas — ele será adequado para que as famílias se estabeleçam provisoriamente; um albergue para situações inesperadas, como a das pessoas que estão em trânsito até por perseguições políticas em seus países e outras comunidades nessa natureza; e um albergue que será destinado à população de rua.

Não foi definido que esse albergue do Sol Nascente será um albergue de população de rua. Então, eu acho o seguinte: todo mundo entende que população de rua, pessoa de rua precisa morar, tem que ter onde morar. Em qualquer país do mundo, em qualquer capital do mundo tem albergue. Ninguém quer um albergue perto de si, mas se a gente discute com a comunidade que esse albergue terá outra finalidade que não abrigar população de rua, eu acho totalmente possível discutirmos e negociarmos isso com a comunidade.

Era só esse adendo que eu gostaria de fazer a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Exatamente: discutirmos com a comunidade.

Por fim, quanto aos defensores públicos, quero dizer que finalmente está acordada a votação do projeto de lei de vocês. Fiquei muito feliz de conhecer toda essa organização dos defensores públicos. Eles estiveram presentes inúmeras vezes aqui na Casa, acompanharam toda a tramitação do projeto. Fiquei muito feliz de ver hoje, aqui nesta Casa, o Presidente da OAB, o Caputo, acompanhando os senhores aqui.

Eu não poderia deixar de registrar também que no mesmo dia em que recebi o projeto para a relatoria, o Dr. Ibanez fez questão de me telefonar pedindo que desse celeridade ao meu relatório. Portanto, vocês estão de parabéns, pois mobilizaram toda a Casa, mobilizaram todos os candidatos à Presidência da OAB. Enfim, essa união e essa organização se concretizarão na data de hoje, com a votação do Projeto de Lei de Emenda à Lei Orgânica.

Parabéns para vocês, e muito obrigada, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos, boa tarde a todas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Hoje eu trago aqui boas notícias. Trago um agradecimento: foi aprovada, sancionada e regulamentada a Lei 4.886, de 2012, que é a lei do Nota Legal. Essa nova regra transforma um direito em um direito para todo mundo. Ou seja, o que era bom para alguns, agora é bom para todo mundo. Todo mundo que colocar o CPF na nota fiscal vai receber os créditos do Nota Legal. Porque antes era apenas para quem pagava o IPVA e o IPTU. Agora você poderá receber em dinheiro. Eu estou muito orgulhoso de ser o pai dessa lei.

Eu quero agradecer ao governo que aprovou a lei, aos colegas Deputados que aprovaram aqui na Câmara, agradecer pela regulamentação. Quero dizer que a partir de julho de 2013, vocês vão acumular os créditos desde julho de 2011. Portanto, quem já está pondo o CPF vai reivindicar esse crédito de julho de 2011 a janeiro de 2013, e em julho de 2013 vai receber o seu dinheiro, podendo chegar a R\$400,00 (quatrocentos reais). É bom para todo mundo.

Então, gente, parabéns para a Câmara, parabéns para o governo e para a Secretaria de Fazenda. E nós vamos avançar ainda mais nessa lei.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Meu querido Líder, eu quero aqui aproveitar a oportunidade, parabenizá-lo pela lei e dizer o quanto V.Exa. vai contribuir com aqueles que não têm condição ainda de terem o merecimento de ter o IPTU. Mas nós sabemos que em breve muitos vão ter, pelo acontecimento de hoje de manhã, pela postura do nosso Governador Agnelo quando recebe da União a doação dos terrenos e repassa isso às moradias.

Hoje nós tivemos essa oportunidade com a legalização do Itapoã, mas ainda sobra uma parcela muito grande de famílias, de pessoas que não têm IPTU, não têm IPVA, e muitas vezes deixavam a legalidade de lado porque não tinham nenhuma perspectiva. V.Exa. já imaginou a importância dessas pessoas no final, ou quando receberem esse dinheirinho? O que ele vai significar nas suas vidas? Porque muita gente não imagina a dificuldade, muitas vezes, e o quanto custa para a família que não tem IPTU e IPVA comprar um quilo de carne.

A volta desse crédito da Nota Legal vai fazer com que essas famílias possam ter um dia melhor e, quem sabe, realizarem alguns sonhos que infelizmente não conseguiriam porque quem ganha pouco ou quem tem um salário minguado muitas vezes não têm o direito de realizar pequenos sonhos; pequenos para aqueles que podem, mas grandes para quem não têm a condição de realizá-los.

Parabéns! V.Exa. me orgulha de ser o meu Líder. Tão jovem, mas um grande mestre. E hoje, quando V.Exa. pediu a palavra e defendeu a escola, aquela escola ali na QNR é uma escola de educação infantil, então é uma escola que precisa de todo o zelo. Os moradores daquela comunidade estão fazendo isso, zelando pelas nossas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

crianças. Não é que os moradores da QNR não queiram o albergue. Ceilândia quer albergue sim, mas não quer naquela localidade. É isso que a comunidade da QNR não quer; quer proteger as suas crianças, quer proteger as suas famílias. Nós queremos que amanhã não haja ninguém na nossa cidade que precise de um albergue, que precise de um abrigo.

Muito obrigada, meu Líder.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

É isso mesmo. Essa lei amplia o direito, inclui pessoas, e por isso é uma lei que eu tenho muito orgulho de ter feito. Nós vamos avançar ainda mais para que, daqui a um tempo, quem paga IPTU ou IPVA possa optar por receber em dinheiro. Mas isso é o futuro, e a gente está brigando para o futuro ser melhor. Agora nós temos que agradecer e parabenizar todos que participaram dessa construção. Eu estou muito feliz pelo apoio que recebi quando propus a Lei da Nota Legal.

Um abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista, pela intervenção de V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. a inclusão, como extrapauta na sessão ordinária de hoje, do Projeto de Lei nº 932, de 2012; do Projeto de Lei nº 1.212, de 2012; do Projeto de Lei nº 1.213, de 2012; do Projeto de Lei nº 1.214, de 2012; do Projeto de Lei nº 1.091, de 2012; do Projeto de Lei Complementar nº 42; e da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 47, que, aliás, peço a V.Exa. para ser um dos primeiros itens. Além disso, solicito a V.Exa. que vote o parecer da CEOF, no que diz respeito à aprovação do nome indicado pelo Governador Agnelo à Presidência do BRB.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que, nessa ordem que imprimimos de projetos extrapauta, também inclua a indicação do nome do Dr. Abdon para a ocupação da Presidência do BRB. Com relação ao item nº 6, solicitado por V.Exa., gostaria de esclarecer, para que tenhamos um maior controle, que se trata do Projeto de Lei Complementar nº 42. Eu só vou fazer uma inversão em razão dos números que V.Exa. solicitou, para que votemos os projetos que são consenso. Dessa forma, aceleramos o processo de votação e, posteriormente, voltamos para aqueles projetos em que ainda temos uma certa divergência. Dessa forma, daremos celeridade ao processo de votação no plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoal da galeria, eu também quero me somar ao pedido da comunidade da QNR, porque realmente é impressionante como as coisas são difíceis para as pessoas que têm mais necessidade, têm mais dificuldade. Lá se precisa é de centro de saúde, precisa-se de escola e precisa-se de mais instrumentos para melhorar a qualidade de vida de vocês. Parabéns pela luta! Que tudo dê certo para vocês.

Sr. Presidente, quero também parabenizar a Defensoria Pública. Eu já falei para esse pessoal que a articulação que eles têm realmente é muito importante. Eu queria parabenizá-los por todas as vezes vocês estarem aqui de forma aguerrida. Com certeza, o pleito de vocês é justo e acontecerá da melhor forma possível. Parabéns pela luta de vocês aqui dentro da Câmara Legislativa.

Sr. Presidente, há alguns meses eu estive aqui e bati doído em um profissional que não estava capacitado a exercer o que ele fazia. Um policial militar que estava armado fora do seu trabalho e deu um tiro a esmo, não sei posso dizer que foi uma bala perdida, porque aquilo foi de encontro à filha de uma prima minha. E a matou na hora. Esse policial estava armado em uma festa. Realmente isso me chateou muito. E não foi por ser filha de uma prima, mas sim por ser uma cidadã da cidade do Distrito Federal que sofreu uma morte súbita causada por um homem que deveria defendê-la.

Mas hoje eu venho aqui para fazer o contrário. Hoje venho aqui para falar dos bons policiais desta cidade. Eu realmente tenho que vir aqui e render a minha homenagem a esses policiais que participaram outra vez de uma questão familiar. Nós estamos aqui para defender a população do Distrito Federal, então é difícil estar aqui para falar da nossa família. Mas essa questão é uma questão que eu não podia deixar passar. A minha irmã, em Vicente Pires, saiu para fazer um depósito no BRB daquela cidade. Foi quando a assaltaram. Os assaltantes tinham sido contratados para pegarem uma caminhonete do modelo da caminhonete da minha irmã, para que ela fosse vendida a determinadas pessoas. Então, ela foi assaltada, presa fácil, uma mulher. Levaram o seu carro.

Foi então que um ato de heroísmo aconteceu. A Polícia Civil de Vicente Pires e a Polícia Militar de Vicente Pires, em menos de meia hora, resolveram a questão. Resolveram a questão de forma absoluta. O sargento Ronaldo colocou sua vida em risco quando se colocou entre a viatura da polícia e a caminhonete roubada pelos ladrões, e inclusive foi ferido na perna. Mas ele foi lá, fez a defesa, cumpriu com o seu dever. Recuperou o carro e deixou as vítimas a salvo. Então, com tudo isso, quando sabemos de todas as dificuldades vividas pela polícia, quando vejo aqui os nossos representantes da área da segurança falarem que a polícia do Distrito Federal é uma das melhores polícias do Brasil, nós entendemos o porquê.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Eu gostaria, de forma modesta, enquanto Presidente da Comissão de Segurança, falar dos nossos representantes aqui da Segurança. Gostaria de falar que a Segurança está bem representada nesta Casa pelo nosso Presidente Patrício, pelo nosso Deputado Wellington Luiz, pelo nosso Deputado Dr. Michel, pelo nosso Deputado Cláudio Abrantes. Então, eu gostaria de me somar para que pudéssemos tentar mediar esta questão que acontece com a polícia no Distrito Federal. Eu tenho certeza de que o nosso Governador Agnelo está pronto, quer resolver. Que façamos essa mediação, para que tudo se resolva da melhor maneira possível.

Sr. Presidente, V.Exa., que tanto tem lutado pela Polícia Militar do Distrito Federal, eu gostaria de somar forças para que possamos resolver o problema dessa polícia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – V.Exa. está falando da Polícia Militar. Eu queria fazer um registro durante o seu pronunciamento. Hoje nós perdemos o Coronel Azevedo. Ele foi quem realmente, na época do Cristovam, implantou a faixa de pedestre. Ele tem uma história com a Polícia Militar, com Brasília. Eu gostaria de, neste aparte, fazer o registro desta perda, pela relevância do trabalho que ele fez e pelo trabalho que ele deixou instituído no Distrito Federal. Eu gostaria de fazer esta lembrança durante a fala de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES – Certo, Deputada Celina Leão. Peço que coloquem realmente a nossa fala nos Anais desta Casa.

DEPUTADO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. CHARLES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero me somar a V.Exa. e enaltecer a atuação dos policiais militares que arriscaram a vida. Na verdade, é o cotidiano de todos os quase 17 mil policiais militares existentes hoje em Brasília, como dos quase 6 mil bombeiros e também dos 6 mil policiais civis.

Então, todos os integrantes das organizações policiais que hoje defendem a segurança pública do Distrito Federal arriscando a própria vida precisam, é claro, ser bem vistos e olhados com outros olhos pelo governo, seja o governo local ou o Governo Federal. Nós sabemos que o governo local e o Governo Federal têm tentado achar solução para o fim da greve da Polícia Civil, mas não podem encontrar solução para o fim da greve dessa categoria sem também contemplar os policiais e bombeiros militares. Você não pode tratar três filhos de maneira diferente. É preciso que se aplique a justiça. Os três têm que ser tratados da mesma maneira.

Daí a tentativa de encontrarmos uma solução, já que o cobertor é muito curto, para os três segmentos: Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros. Até o final do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

ano, com certeza, nós encontraremos a solução para que esses profissionais sejam contemplados. No decorrer da situação, enquanto não se consegue achar uma solução no tocante à questão financeira, o que foi feito para os policiais militares e bombeiros foi a realização do plano de cargos e salários, da redução do interstício, para que esses profissionais sejam promovidos, e também a realização dos cursos do CAP e CAEP, pelos quais eles recebem 15% e também 30% a mais na remuneração salarial, para que eles possam ter um pouco mais de motivação, até que nós consigamos encontrar uma solução com os recursos do Fundo Constitucional e conceder reajuste a esses três segmentos profissionais, importantíssimos não só para o Distrito Federal, mas também para Brasília, que vai ser vitrine na Copa das Confederações no ano que vem e também na Copa do Mundo de 2014.

Então, o Governador Agnelo Queiroz está atento a essa situação. S.Exa. tem feito várias conversas para achar uma solução para o reajuste das três categorias: Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros. Nós próximos dias, com certeza, S.Exa. achará uma solução para que a greve acabe e também para que os demais profissionais sejam contemplados com reajustes salariais, lembrando sempre a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal do Governo, mas, é claro, contemplando os profissionais que arriscam a vida todos os dias, como V.Exa. trouxe um exemplo aqui agora, sem medir nenhum esforço para atender a todos os cidadãos.

Então, parabéns a V.Exa. pelo comunicado. Que nós encontremos, nos próximos dias, tanto o governo como a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Governo Federal, uma solução para esse segmento profissional.

DEPUTADO DR. CHARLES – É uma questão isonômica, não é, Sr. Presidente? Eu sei da responsabilidade de V.Exa. junto à sua força e às outras do Distrito Federal. Parabéns pela sua atuação, Sr. Presidente. Nós precisamos ver a polícia pronta atendendo a nossa população.

Eu queria deixar aqui gravado o nosso agradecimento ao Sargento Ronaldo, ao Sargento Cléber, ao Dr. João, da Polícia Civil, ao Sofian, à Dra. Tânia Maria, Delegada Chefe de Vicente Pires. A todos, os nossos agradecimentos. Quero estender isso aos comandos, para que nós tenhamos uma polícia cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro ao Plenário do falecimento do Padre Estevão, da Paróquia São Sebastião, do Gama. Ele estava com 91 anos e trabalhou por 50 anos naquela paróquia. Agora na festa junina, eu estive lá com o Padre Natal e o Padre Estevão. O Padre Estevão teve um papel muito importante não só na parte da fé, mas na parte da educação para a cidade do Gama.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu julguei oportuno fazer o registro do falecimento do Padre Estevão, que, como eu já disse, trabalhou por 50 anos na Paróquia São Sebastião do Gama.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Dou por encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Qual Parlamentar deseja fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Aproveitando a fala do nobre Deputado Agaciel Maia, eu não sei se já foi comunicado a esta Casa o falecimento do Coronel Azevedo. O Coronel Azevedo prestou grandes serviços à nossa Polícia Militar. Foi comandante do Comando Oeste, em Taguatinga, por muito tempo. Foi uma pessoa que, sem dúvida nenhuma, marcou muito a sua vida na corporação da nossa querida Polícia Militar do Distrito Federal. Ele será sepultado hoje à tarde. Eu gostaria que fosse registrada também a homenagem desta Casa ao Coronel Azevedo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos. Com certeza, será registrada.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria de agradecer a V.Exa. e ao Sr. Presidente, Deputado Patrício, porque nós recebemos aqui, Deputado Prof. Israel Batista, na semana retrasada, todas as diretorias da Agenciauto e da Associação Comercial, que nos traziam uma demanda. Nós temos um projeto aqui que poderia resolver essa demanda, que era da fila de sete mil veículos que estavam parados esperando o emplacamento, porque eram veículos oriundos de outros estados. Esse grupo veio à Câmara Legislativa pedir agilidade na apreciação do projeto ou a possível resolução do problema, porque é algo grave. Nós iríamos perder, Deputado Prof. Israel Batista, quatro milhões de reais só de arrecadação de impostos desses veículos, que teriam que ser recolhidos em outros estados.

A Deputada Arlete Sampaio fez uma discurso na reunião que foi importante. E aqui eu quero reconhecer em público, Deputada Arlete Sampaio, a gestão de V.Exa. e a gestão do Presidente Patrício, porque o Governador Agnelo acatou o nosso pedido, adiantou-se e resolveu o problema. Acho que temos que ser justos, Deputada Arlete Sampaio: o que realmente acontece e que é positivo, temos que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

parabenizar. E foi algo importante o que aconteceu. O Governador tomou a decisão e resolveu o problema realmente. Saiu no Diário Oficial de segunda-feira. Então, aqui agradecemos.

Na semana passada, eu fiz, nos Comunicados de Parlamentares, um apelo ao Governador do Distrito Federal, ao Governo do Distrito Federal, e fomos atendidas. Eu acho que isso é importante. Isso mostra a representatividade do Parlamento, isso mostra que esta Casa realmente representa. Entendemos a sensibilidade. Eu sei que houve também a gestão da Deputada Arlete Sampaio e a gestão do Presidente Patrício para que isso acontecesse, para que o governo se adiantasse e resolvesse um problema que atingia, nesse momento, quase sete mil pessoas.

Deputada Arlete Sampaio, a felicidade hoje dessas pessoas, principalmente de quem mexe com veículos, é pela agilidade que eles vão ter. Eles tinham que pegar fila, e era só um órgão. Hoje, há Detran em quase todas as cidades. Então, conseguimos dar uma demonstração de que as coisas podem ser resolvidas e de que esta Casa pode ser escutada.

Eu quero agradecer, porque temos que ser justos, Deputado Prof. Israel Batista. Quando fazemos o pedido daqui da tribuna e esse pedido é atendido, temos que reconhecer. Então, reconhecemos, nesta tarde, o nosso pedido atendido. Nós agradecemos, mas principalmente a população e essas sete mil pessoas que estavam com esses veículos parados aguardando a vistoria e esse licenciamento.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo a V.Exa., que não pôde ir, mas foi representado pelo Deputado Joe Valle na nossa reunião de Líderes. Já que vamos entrar na pauta de votação, peço que votemos primeiro o projeto da Defensoria Pública; que façamos inversão de pauta e o coloquemos como primeiro item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo. Só que vamos intercalar veto e projeto, veto e projeto, para não perdermos o *quorum* e darmos celeridade às votações.

Item nº 3:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 267, de 2011, do Deputado Washington Mesquita, que "dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo Detran/DF".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 267/2011, que “dispõe sobre a
comunicação de vencimento da carteira
nacional de habilitação (CNH) pelo
DETRAN/DF”.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 373/2011-GAG (fls. 18/19), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 267, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que “dispõe sobre a comunicação de vencimento da carteira nacional de habilitação (CNH) pelo DETRAN/DF”.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 14.

Remetido ao Governador, ao projeto foi oposto **veto total** sob o argumento de que transferiria para a Administração a responsabilidade pelo controle do prazo de validade de documentos pessoais.

Alegou-se ainda que é de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte e que a medida demandaria a criação de infraestrutura para o controle de validade das CNHs, o que acarretaria despesa de caráter continuado sem observância dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme acordo no Colégio de Líderes, encaminho pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 06/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 267/11

Autor: Deputado(a): Washington Mesquita Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MALA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	DOUTOR CHARLES	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN				X		
	ELIANA PEDROSA	PSD		X				
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB				X		
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PAULO RORIZ	DEM				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD		X				
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	TOTAL		17	02		05		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO/DEP. OLAIR FRANCISCO ASSP Nº _____ Fls.º _____

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	05		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR _____ ASSP/ Nº _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

da votação: 16 votos favoráveis e 2 votos contrários. Houve 6 ausências.

Total de votantes: 18.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer, Líder do Bloco do PMDB, pediu que V.Exa. seguisse a ordem colocando o projeto da Defensoria para ser votado agora. Eu peço a V.Exa. que, de acordo com a maneira intercalada que V.Exa. está fazendo, depois do projeto da Defensoria seja colocado em votação o item nº 4 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, vou conduzir para tentar contemplar todas as intenções.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 416, de 2011, de minha autoria, que está com a tramitação concluída.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Vou solicitar à Assessoria de Plenário, Deputada Celina Leão, que faça a inclusão na Ordem do Dia para votação. Não significa, é claro, que eu possa conseguir um acordo para votação no dia de hoje, mas vou pedir para que seja incluído para votação.

Item nº 8:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 369, de 2011, dos Deputados Washington Mesquita e Joe Valle, que “dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 369, 2011
Fls. nº 41 - 8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 369/2011, que *dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 53/2012-GAG (fls. 35/36), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 369, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle

A proposição foi aprovada com alterações, ficando sua redação final conforme fls. 27/28.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo dos incisos I e III do artigo 4º, sob a alegação de que concederia benefício tributário sem adotar os procedimentos previstos para tanto na legislação vigente, destacando a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14) e a Lei Orgânica do Distrito Federal (artigo 131).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório do veto parcial.
(Pausa.)

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos o veto parcial aos incisos I e III do artigo 4º. O acordo é pela manutenção?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela manutenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 06, 11 /2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): inciso I e III do art. 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 309/11

Autor: Deputado(a): Washington Mesquita e Joe Valle Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLAUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB	/					
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRICIO	PT	/					
TOTAL			90			H		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
Fls.º _____

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. _____

VOTOS "SIM"	90	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto parcial aos incisos I e III do art. 4º do Projeto de Lei nº 369, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 9:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 276, de 2011, do Deputado Joe Valle, que “estabelece diretrizes e objetivos para as Vilas Culturais no Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.)
— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de relatório do veto parcial ao Projeto de Lei nº 276, de 2011.

O veto, segundo o Chefe do Poder Executivo, foi oposto especificamente no tangente aos arts. 2º e 7º. Quanto ao art. 2º, sob a alegação de que apenas o Poder Executivo poderia iniciar projeto de lei relativo ao uso e ocupação do solo do DF, conforme prescreve a Lei Orgânica. Quanto ao art. 7º, consoante a mensagem, facultaria a concessão de incentivos fiscais ou financeiros sem a observância dos procedimentos especiais previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bom, era isso que precisavam saber para apreciarem o veto em debate.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 276 / 2011
FR. nº 30 / 8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 276/2011, que *estabelece diretrizes e objetivos para as Vilas Culturais no Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 55/2012-GAG (fis. 24/25), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 276, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 16/17.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo dos arts. 2º e 7º.

O art. 2º foi vetado sob a alegação de que apenas o Poder Executivo poderia iniciar projeto de lei relativo ao uso e ocupação do solo do Distrito Federal, conforme prescreve a Lei Orgânica do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

2

O art. 7º, consoante a mensagem, facultaria a concessão de incentivos fiscais ou financeiros sem a observância dos procedimentos especiais previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em bloco os vetos parciais aos arts. 2º e 7º. (Pausa.)

Há acordo.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 06/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Ata 2ª e 7ª.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 776/11

Autor: Deputado(a): Joe Valle

Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEAO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/			/		
	ELIANA PEBROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD	/			/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM	/			/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB	/					
	RÓNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/			/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		20			4		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO/DEP. OLAIR FRANCISCO Fls.º _____

VOTOS "SIM"	20	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Chico ASSP/ Nº _____ / _____
ASSINATURA Chico MAT. 17847 FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) — A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto parcial aos arts. 2º e 7º do Projeto de Lei nº 276, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 21:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 848, de 2008, do Deputado Rôney Nemer, que “estabelece regras para as relações de consumo nos serviços de colocação profissional no mercado de trabalho, de assessoria e consultoria em recursos humanos e similares, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, no âmbito do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 848/2008, que *estabelece regras para as relações de consumo nos serviços de colocação profissional no mercado de trabalho, de assessoria e consultoria em recursos humanos e similares, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, no âmbito do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 185/2012-GAG (fls. 23/24), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 848, de 2008, de autoria do Dep. Roney Nemer, que estabelece regras para as relações de consumo nos serviços de colocação profissional no mercado de trabalho, de assessoria e consultoria em recursos humanos e similares, para coibir oferta enganosa e prática abusiva, no âmbito do Distrito Federal.

O Projeto foi aprovado sem alterações, ficando sua redação final conforme fls. 15/16.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 848/2008
Fls. n.º 30/18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

2

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de todo o art. 3º, que fixa multas em Unidade Fiscal do Distrito Federal pelo descumprimento do disposto na Lei, sob a alegação de que não mais existem unidades fiscais tanto no âmbito do Distrito Federal quanto da União.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL n.º 848 / 2008
cl. n.º 31



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 06/11/2012

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 3º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 848/08

Autor: Deputado(a): Roney Nemer. Executivo

Relator: Deputado(a): Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MATA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLAUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA REDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ	DEM				/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	/					
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		20			4		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ N° _____
SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO Fls.º _____

VOTOS "SIM"	20	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		
OBSTRUÇÃO	-		

CONSOLIDADO POR Paulo MAT. 1381 ASSP/ N° _____
ASSINATURA _____ FOLHA N° _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o veto ao art. 3º do Projeto de Lei nº 848, de 2008.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 47, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, para dispor sobre a Defensoria Pública e dá outras providências”.

O projeto teve a tramitação concluída.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Joe Valle, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre a Emenda Modificativa nº 1 e sobre a Emenda Modificativa nº 2 a PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL Nº 47/2012 que *"altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, para dispor sobre a Defensoria Pública, e dá outras providências"*.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Joe Valle

I – RELATÓRIO

Submetem-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça as Emendas Modificativas nº 1 e nº 2 apresentadas na Comissão Especial, que analisa as Propostas de Emenda à Lei Orgânica.

A Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Dr. Michel, acrescenta ao § 6º do art. 2º da PELO 47/2012 o trecho *"e § 3º, in fine, do Ato das Disposições Transitórias da LODF"*. Essa emenda, segundo o autor, visa resguardar as conquistas dos servidores da carreira de procuradores de assistência judiciária, por meio de vinculação de direitos e vencimentos aos integrantes da carreira de procuradores do Distrito Federal.

A Emenda Modificativa nº 2, de vários deputados, promove ajustes no texto da presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica, com o propósito de manter vigentes as disposições sobre organização e funcionamento do atual Ceajur, até que venha a ser editada a Lei Complementar que disporá sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	43



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno desta Casa determina, em seu art. 63, I e § 1º, que à Comissão de Constituição e Justiça cabe a análise de aspectos constitucionais, jurídicos, legais, regimentais e de técnicas de redação legislativa das proposições em geral, proferindo parecer de caráter terminativo.

Em vista disso, quanto à admissibilidade da Emenda Modificativa nº 1, deve-se observar que houve descumprimento ao § 3º do art. 210 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e, por via reflexa, ao inciso I do art. 70 da Lei Orgânica do Distrito Federal, porquanto a referida emenda tenha sido subscrita por apenas um parlamentar:

Art. 70 (LODF). *A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:*

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Legislativa;

(...)

Art. 210 (RICLDF). *A proposta de emenda à Lei Orgânica, apresentada na forma do art. 139, será despachada pelo Presidente da Câmara Legislativa à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco dias, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer.*

(...)

§ 3º Na Comissão Especial, poderão ser apresentadas emendas, desde que subscritas por, no mínimo, um terço dos Deputados Distritais.

(...)

Quanto à Emenda Modificativa nº 2, verifica-se que foi subscrita por treze parlamentares. Observa-se, ainda, que essa Emenda não acarreta aumento de despesas em proposição de iniciativa reservada ao Governador do Distrito Federal.

Ante o exposto, com fulcro no inciso I do art. 70 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no § 3º do art. 210 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	44




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal, votamos, no âmbito de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, pela INADMISSIBILIDADE da Emenda Modificativa nº 1 e pela ADMISSIBILIDADE da Emenda Modificativa nº 2 à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 47/2012.

Sala das Comissões,

Deputado Chico Leite
Presidente


Deputado Joe Valle
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DR. MICHEL – PEN

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 /2012
(Do Senhor Deputado **Dr. Michel**)

Ao Projeto de Emenda a Lei Orgânica nº 47/2012, que *"altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, para dispor sobre a Defensoria Pública, e dá outras providências."*

O § 6º, do art. 2º, do PELO nº 047/2012, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º. (...)

(...)

§ 6º O procuradores de assistência judiciária que fizerem opção na forma deste artigo passam a integrar o quadro em extinção, podendo ser aproveitados, por ato do Governador, nas autarquias e fundações nos termos do art. 10, caput e § 3º, "in-fine", do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA

A presente alteração visa resguardar as conquistas dos servidores da Carreira de Procuradores de Assistência Judiciária, garantindo-lhes remuneração digna e a segurança mínima de que não haverá perda salarial ou defasagem de vencimentos decorrentes da ausência de uma regulamentação que garanta a forma de reajuste àqueles optantes pela carreira posta em extinção com a aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2012

Deputado **Dr. MICHEL**
PEN/DF

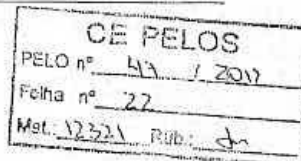
CE PELOS	
PELO nº	47 / 2012
Folha nº	21
Mat.	32571 Rub. <i>[assinatura]</i>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



EMENDA Nº 02 (MODIFICATIVA)

À Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 47, de 2012, que altera dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal, para dispor sobre a Defensoria Pública, e dá outras providências.

Dê-se ao art. 2º, § 7º, e ao art. 3º da PELO em epígrafe a seguinte redação, aditando-se o § 8º ao art. 2º:

Art. 2º

§ 7º Enquanto não for publicada a lei complementar de que trata o *caput* deste artigo, continuam vigentes, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 828, de 26 de julho de 2010, referentes à organização e funcionamento do atual Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

§ 8º A carreira Defensor Público do Distrito Federal fica regida pela legislação aplicável à carreira de Assistência Judiciária, até que seja publicada nova lei sobre a matéria.

Art. 3º Aplica-se o disposto no art. 2º, §§ 3º e 4º, desta Emenda à Lei Orgânica aos aposentados e aos beneficiários de pensão vinculada ao cargo de procurador de assistência judiciária, assegurada a paridade com os servidores ativos nas condições previstas na Constituição Federal ou em suas emendas.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva promover ajustes no texto, com o propósito de manter vigentes as disposições sobre organização e funcionamento do atual CEAJUR, até que venha a ser editada a Lei Complementar que vai dispor sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Por outro lado, é preciso deixar esclarecido que as disposições legais sobre a carreira de Assistência Judiciária passam a reger a carreira de Defensor Público do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	47




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CE PELOS
PELO nº 49 / 2011
23

Quanto à alteração do art. 3º, é ela apenas para eliminar a expressão no que couber, fazendo remissão expressa aos dispositivos da norma que serão aplicados aos aposentados e pensionistas.

Sala das Reuniões, de setembro de 2012.


Deputado AGACIEL MAIA

Deputado JOE VALE



Deputada ARLETE SAMPAIO

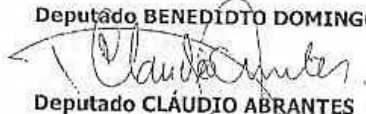

Deputada LILIANE RORIZ

Deputado AYLTON GOMES

Deputada LUZIA DE PAULA

Deputado BENEDITO DOMINGOS

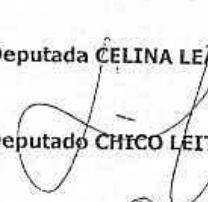

Deputado OLAIR FRANCISCO


Deputado CLÁUDIO ABRANTES

Deputado PATRÍCIO

Deputada CELINA LEÃO

Deputado PAULO RORIZ


Deputado CHICO LEITE

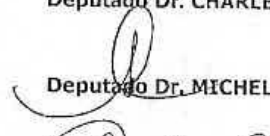
Deputado Prof. ISRAEL

Deputado CHICO VIGILANTE

Deputado ROBERTO NEGREIROS

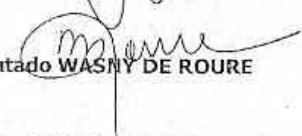
Deputado Dr. CHARLES


Deputado ROMÉY NEMER


Deputado Dr. MICHEL

Deputado WASHINGTON MESQUITA


Deputada ELIANA PEDROSA


Deputado WASNY DE ROURE

Deputado EVANDRO GARLA

Deputado WELLINGTON LUIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 06/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
 CCJ CEOP CAS CDDH CDEP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROCESSO Nº _____
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) 47/12
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN	/			/		
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB	/					
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB	/					
	RONEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD	/					
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL	/			/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		21			7		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 (parágrafo 8º) do RLI)

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 1384

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 47, de 2012. (Palmas.)

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para declaração de voto.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Sr. Presidente, dizer aos defensores que nós cumprimos com o que foi acordado. Na semana passada, não houve votação porque não houve *quorum*, mas o que foi acordado com vocês – vale lembrar também que houve um acordo com os demais segmentos da defensoria pública, com os outros servidores – a gente espera que a Secretaria de Administração, como V.Exa. mesmo intermediou, Sr. Presidente, continue fazendo os grupos de trabalho para que, efetivamente, o projeto que contempla todos os servidores da Defensoria, todo o corpo da Defensoria possa chegar também a esta Casa, como foi acordado com o nosso ex-Líder, Wasny de Roure; com a nossa Líder atual, a Deputada Arlete Sampaio; com a Líder da Oposição, a Deputada Eliana Pedrosa; com o Líder, Deputado Professor Israel; com o Líder, Deputado Dr. Charles e com todos os líderes do Colégio de Líderes. É só lembrar para ficar claro que votamos com o compromisso de que em breve chegue a esta Casa também o projeto contemplando todo o conjunto de servidores da Defensoria Pública.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer. É cumprimento do acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de cumprimentar toda esta Casa e o próprio Governo do Distrito Federal, que entendeu o momento e a importância de constituir o seu corpo de defensores públicos e de dar a esse segmento, no complexo do Governo do Distrito Federal e de toda a sociedade, um respaldo de fortalecimento a uma política pública de acessibilidade à população mais carente. No instante em que o governo assume esse debate, naturalmente, essa é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

uma propositura e depende de um conjunto de outros elementos para fortalecer a presença e o serviço da Defensoria Pública junto à população do Distrito Federal.

O que quero registrar nesta oportunidade é a importância desse trabalho para toda a sociedade civil, em particular a população mais carente, e que, sem dúvida nenhuma, a qualidade desses profissionais é de extrema valia para que a plenitude da justiça e os valores da democracia sejam, de fato, implementados na Capital da República.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 932, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “regula o acesso a informações no Distrito Federal, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e nos termos do art. 45 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.027, de 2012, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a divulgação de informações sobre servidores públicos e sistema remuneratório do serviço público do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu só gostaria de saber se as emendas que nós fizemos no plenário foram relatadas.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, seria importante dar conhecimento a todos os Deputados do parecer da Comissão de Constituição e Justiça a respeito desse projeto de lei, inclusive porque a emenda é posterior e tem de ser apreciada em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O Projeto de Lei nº 932, de 2012, recebeu parecer favorável na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Enquanto que o Projeto de Lei nº 1.027, de 2012, recebeu parecer contrário daquela comissão.

Nesse sentido, solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas aos Projetos de Lei nºs 932, de 2012, e 1.027, de 2012: nºs 1 e 2, na forma da subemenda da Relatora; nºs 3 e 4, aprovadas na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Decoro Parlamentar; as emendas nºs 1 e 2 da Relatora da Comissão de Ética, e a emenda nº 1 de Plenário.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Na realidade o debate, pelo que noto, é tão somente pela subemenda, Sr. Presidente? Porque há dois projetos correndo em paralelo, apensados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para ficar claro: V.Exa. proferirá parecer sobre as seguintes emendas aos Projetos de Lei nºs 932, de 2012, e 1.027, de 2012: emendas nºs 1 e 2, na forma da subemenda da Relatora; emendas nºs 3 e 4, aprovadas na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; emendas nºs 1 e 2 da Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a emenda nº 1 de Plenário.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas: nºs 1 e 2, na forma da subemenda da Relatora; nºs 3 e 4, aprovadas na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; as emendas nºs 1 e 2 da Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a emenda nº 1 de Plenário ao Projeto de Lei nº 932, de 2012, do Poder Executivo, que “regula o acesso a informações no Distrito Federal, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e nos termos do art. 45 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.027 de 2012, do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a divulgação de informações sobre servidores públicos e sistema remuneratório do serviço público do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no tangente ao Projeto de Lei nº 932, nós acolhemos da forma que é aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, rejeitando como lá as emendas modificativas nºs 5, 6, 7 e 8. De outro turno, Sr. Presidente, rejeitamos também a subemenda de plenário nº 1, de 2012. Por último, quanto ao projeto apensado, Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.027, de 2012, por pecar pelo vício de iniciativa, também rejeitamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de discutir essa emenda que foi rejeitada, eu acho que é de suma importância para nós que somos Parlamentares.

Nós temos hoje a previsão no Regimento Interno de termos acesso aos órgãos públicos. Só que isso muitas vezes nos é tirado. Isso não está previsto em lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

ainda. Estamos tendo a oportunidade de legislar para acabar com esse tipo de constrangimento. A Deputada Liliane Roriz foi barrada no Estádio Mané Garrincha. O Deputado Washington Mesquita foi barrado no Hospital de Taguatinga. Eu fui barrada, na semana passada, na Rodoferroviária. Todos eram órgãos públicos. Se isso é criar um constrangimento para o governo, eu acho isso falta de articulação.

Estamos tendo a oportunidade. Temos um capítulo que fala o seguinte: "Capítulo VI – Da Fiscalização Legislativa. Fica assegurado o livre imediato acesso dos Deputados Distritais durante os horários de expediente aos órgãos de administração pública direta e indireta do Distrito Federal". É uma prerrogativa parlamentar que nos está sendo tirada toda semana. Nós vamos legislar contra nós. Estamos tendo a oportunidade de deixar isso claro, específico em lei. Eu acho que é uma oportunidade, sim.

Outra coisa. Há uma prerrogativa sobre a qual o Deputado Chico Leite sempre fala: aqui é a Casa do debate e do diálogo. Se fizermos alguma coisa aqui que está fora, mas eu não vejo nada mais dentro desse projeto do que a fiscalização legislativa. Nós temos um capítulo sobre isso. Eu acho que isso não fere o governo, não fere a condição de ser da Base ou da Oposição. Isso é uma garantia a que vamos ter acesso.

Eu tive um caso em que tive de chamar a Polícia Civil. Sabe por que, Deputado Prof. Israel Batista? Porque está previsto no Regimento Interno. Eu passei o constrangimento de pegar o Regimento Interno e mostrar para o vigilante que estava fazendo o serviço dele. Ele disse: "Mas é interno". Não sabe que tem força de lei. Se nós estamos tendo a oportunidade de legislar para garantir uma prerrogativa que já existe de uma forma mínima, de uma forma macro, em uma legislação que é para dar transparência, nós somos os fiscais do povo. É o poder fiscalizador. É o Poder Legislativo. Eu acho que isso não é questão de ser da base do governo ou da Oposição, é de ser Parlamentar.

É esse o meu pedido. Fiz o destaque da emenda para que votemos por nossa condição de fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é pelo fato de ter sido citado e ter assinado a emenda, mas realmente eu fui barrado no Hospital de Taguatinga, onde um senhor da segurança colocou a mão na arma e disse que eu não adentraria o hospital. Eu estava caracterizado, munido da carteira parlamentar, que não sei se está valendo alguma coisa, e fui barrado. Eu tive que simplesmente abrir aquela portinha, e ele dizendo que iria colocar toda a segurança atrás de mim. Isso aconteceu até na gestão da Dra. Sônia. Eu fui barrado no Hospital Regional de Santa Maria e levei ao conhecimento do Sr. Delmo, chefe da Secretaria do Dr. Rafael. Fui barrado também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

no Hospital de Ceilândia, como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Eu acho que o pleito de V.Exa. é um pleito plausível e entendido. Estamos investidos de um mandato parlamentar na representatividade popular. Às vezes, eu me dirigia a esses três órgãos simplesmente para ir conversar com os atuais diretores e gestores para cobrar eficiência, ou talvez para levar investimentos, ou entender alguma situação que fosse do clamor da sociedade.

Então eu assinei. A minha assinatura está mantida e concordo com o pleito de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Só para orientar os Deputados: nós estamos no processo de discussão. Cada Deputado que quiser discutir poderá se inscrever e terá 5 minutos. Não existem apartes nem questão de ordem. Todos os Deputados que quiserem poderão discutir por 5 minutos.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria que vocês prestassem atenção naquilo que vou argumentar. É preciso entender a diferença da natureza dos dois projetos. O projeto que estamos debatendo e nos propondo a votar aqui hoje diz respeito à regulamentação no Distrito Federal da Lei Federal de Acesso à Informação. Essa é uma coisa. A outra coisa é a temática que a Deputada Celina Leão levanta, que diz respeito à necessidade de o Poder Legislativo se afirmar. São coisas de natureza distinta, que não podem ser misturadas.

Eu concordo com a Deputada Celina Leão: se essa carteirinha é insuficiente para que tenhamos acesso a todos os lugares, Sr. Presidente, que façamos uma lei nesta Casa com conteúdo que está previsto na sua emenda. Mas são coisas de natureza distinta, nós não podemos, num projeto de lei do Poder Executivo que regulamenta a lei de acesso à informação federal aqui no Distrito Federal, colocar essa parte.

Então a minha sugestão, Sr. Presidente, é que votemos o projeto tal como ele está e façamos aqui, por iniciativa da Câmara Legislativa, uma lei que diga isto: que nós, Parlamentares, temos acesso a todas as esferas administrativas e privadas quando nos parecer necessário para fiscalizar as coisas. Então, que nós afirmemos o papel do Poder Legislativo de forma que se considere necessário ter acesso a todos os órgãos do Governo do Distrito Federal, quaisquer que sejam eles, através de uma decisão desta Câmara Legislativa se afirmando como Poder Legislativo.

Eu acho que são coisas de natureza distinta e, por isso — só por isso —, sou contrária. Todos os nossos colegas da base do governo deveriam votar contrariamente a sua emenda porque não cabe nesse projeto de lei. E que nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

possamos produzir uma lei aqui de consenso, em que afirmemos o papel do Poder Legislativo como fiscalizador das ações do Governo do Distrito Federal. Nesse sentido, eu assinarei com V.Exa., Deputada Celina Leão, esse projeto de lei porque defendo que todos nós tenhamos de fato acesso a todos os órgãos do Governo do Distrito Federal. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.
Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Quero começar esta discussão também dando testemunho de que fui barrada, ou tentaram me barrar, no Hospital de Santa Maria. Uma criança que nasceu com Síndrome de Down precisava de uma série de exames, mas não estava conseguindo, e eu fui saber se ela tinha entrado na regulação. O vigilante não quis me deixar entrar, inclusive ameaçou pegar a arma. Eu falei: “Vamos para a delegacia todos. Mas o diretor do hospital vai para a delegacia junto comigo, sim”. E aí vai para a delegacia, não vai para a delegacia, vai para a delegacia, não vai para a delegacia, o diretor resolveu me atender. Uma coisa interessante: foi-me afirmado no Hospital de Santa Maria que a criança estava na regulação. Eu fui ao SIA, na regulação, e a criança não estava. Conversando lá, aproveitei para conhecer a regulação, que eu não conhecia.

Dez minutos depois, chegou o pedido para incluir a criança, uma recém-nascida, que pudesse fazer os exames, e tinham-me dito que ela já estava na regulação desde o dia anterior. Veja bem, além de tudo, recebi uma mentira como informação, mas como a questão da criança foi resolvida, para mim era mais interessante que a criança pudesse fazer os exames.

Nós estamos tratando de um projeto de lei de transparência, não vejo nenhum problema em colocar num projeto sobre transparência que o Parlamentar possa adentrar cada uma das dependências dos órgãos públicos, desde que exercendo o seu papel de representante popular, sem que ele extrapole suas prerrogativas.

A Deputada Arlete Sampaio trouxe uma sugestão. Eu fico feliz de saber que a Líder do Governo tomou essa iniciativa, e eu sugeriria à Deputada Celina Leão, se ela considerar que está atendida no seu pleito, que fizesse esse projeto. Eu tenho certeza de que todos os nossos pares, a partir desta discussão, estaríamos dispostos a aprová-lo. Eu gostaria de pedir ao nosso Presidente que acatasse que esse projeto seguisse fora da cota dos Parlamentares, que todos aqueles que quisessem assinar pudessem assinar, e que ele andasse rapidamente, inclusive com a sugestão de que fosse uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica, para que pudéssemos resolver dentro do próprio âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Nós mesmos chegássemos a fazer o princípio, o meio e o fim, para garantirmos um direito que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

acho que já está previsto na Constituição, já está previsto na Lei Orgânica, mas é muito mal interpretado nos órgãos públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu estava conversando com a nobre Deputada Arlete Sampaio e os companheiros o seguinte: a Constituição Federal garante aos Deputados Federais acesso a qualquer órgão público do País todo, em qualquer horário. Isso é liberdade, é um direito. Da nossa Lei Orgânica, eu não tenho assim um conhecimento profundo ainda, tenho que fazer um estudo. Parece que ela tem dispositivo, também, que nos dá essa garantia. Ou, se não tiver, em vez de fazer um projeto de lei, vamos fazer uma emenda à Lei Orgânica, colocando nela dispositivo que garanta o livre acesso do Parlamentar a qualquer órgão do GDF, a qualquer hora do dia ou da noite. Acho que esse é um direito de que nós não podemos abrir mão.

A lei é muito pequena. Tem que ser a Lei Orgânica, que é a nossa Constituição, para nos garantir esse direito de exercermos plenamente a atividade parlamentar como um dos poderes constituídos na Capital da República.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, eu, apesar de não concordar que fogue ao tema, porque nós temos um capítulo específico sobre fiscalização legislativa, entendo e acato o pedido da Líder, Deputada Arlete Sampaio, para que a gente possa construir um consenso. Se a gente pode ter um projeto dessa natureza, com a assinatura de todos os Parlamentares, eu abro mão, para que a gente possa fazer coletivamente, apesar de achar que nós não estamos fugindo do tema, porque temos um capítulo sobre isso. Mas para a gente construir, a gente vai pedir, rapidamente, que seja construído por todos.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Vou acatar a sugestão dos Parlamentares de nós construirmos o consenso.

Eu só quero colocar alguns esclarecimentos aos Parlamentares. O primeiro é que o Parlamentar, quando toma posse do mandato e quando se prontifica, inclusive, a ser Deputado, tem que tomar conhecimento da Lei Orgânica e do Regimento Interno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

Na Lei Orgânica, nós temos alguns poderes. A Lei Orgânica garante a todo e qualquer Parlamentar o acesso a qualquer órgão público e, inclusive, a qualquer documentação. Está na Lei Orgânica do Distrito Federal. Então já existe.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não, já existe. Olha, eu vou falar com muita tranquilidade: já existe na Lei Orgânica o acesso. Inclusive, quem tem a carteirinha de Parlamentar – a minha não está aqui, está lá no meu gabinete –, quando se entrega a identidade parlamentar, também se entrega o artigo da Lei Orgânica dizendo a prerrogativa do Parlamentar — que ele pode adentrar qualquer lugar —, como disse o Deputado Benedito Domingos sobre a Constituição Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Na Lei Orgânica existe. Está lá o artigo da Lei Orgânica. Quando o Deputado toma posse, entrega-se a carteira e entrega-se o artigo para ele. Não tem problema.

Quanto à questão de ser barrado por um vigilante ou qualquer outro, é fácil. A Constituição também garante a qualquer um, quando há abuso de poder, que qualquer cidadão pode dar voz de prisão. É só cumprir a legislação. O fato, inclusive, de o Deputado solicitar o auxílio da força policial, da força coercitiva, seja da PM, da Polícia Civil ou de qualquer outro órgão, também é legítimo. Então nós temos alguns artigos na Lei Orgânica. Nós podemos fazer pela Lei Orgânica. A Lei Orgânica garante isso, durante o expediente, para todos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu só gostaria que V.Exa. falasse para mim o artigo da Lei Orgânica.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu vou solicitar que entreguem no seu gabinete.

DEPUTADA CELINA LEÃO – No plenário é melhor, antes de a gente colocar o projeto, Sr. Presidente, porque é usado no Distrito Federal a simetria à Constituição Federal: se o Deputado Federal pode, nós podemos. Isso está previsto explicitamente no Regimento Interno, mas na Lei Orgânica não há nenhum artigo, então eu peço a V.Exa. que encaminhe o artigo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu vou entregar para V.Exa. no seu gabinete, ok?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu acho, Deputado Patrício, que se a Lei Orgânica não está suficientemente clara, nós podemos, sim, fazer uma PELO e deixar muito claro isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza, sem nenhuma dificuldade.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – É prerrogativa do Deputado ter acesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Uma PELO específica para isso.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ok. Perfeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para que todo Deputado possa, é bom que a gente faça uma PELO, que a gente debata, que discuta, inclusive para que a gente reflita bastante sobre os reflexos e os holofotes da sociedade que vão vir para a Câmara quanto às prerrogativas que os Deputados querem. É bom. Porque nós temos direitos e deveres. Direitos e deveres. Eu nunca abri mão disso, sempre vou defender a Câmara Legislativa, as prerrogativas e os direitos de todos os Deputados. Mas eu nunca vou também defender o excesso de ninguém. Nunca.

Eu fui policial militar dentro de uma hierarquia de soldado, de cabo, na instituição, e depois vim ser Deputado. Com o mesmo respeito que eu tratava o cidadão na rua como policial militar, eu trato hoje como Deputado. Para mim não é demérito nenhum chegar a qualquer órgão, me identificar primeiro, dar bom dia, boa tarde e boa noite, pedir para entrar, para depois ter acesso a qualquer documentação.

No dia em que o Deputado Washington Mesquita teve problema, por exemplo, ele me ligou na hora e eu falei: “Vamos entrar em contato”. Porque é fácil localizar o chefe do setor ou o responsável pelo órgão, e nós tomarmos uma providência. Nós vamos fazer a PELO, não há nenhuma dificuldade. É só um momento de reflexão, enquanto a sociedade pede hoje que os Parlamentares tenham uma certa postura. Que a gente reflita sobre a visão da sociedade junto aos Parlamentares e ao Poder Legislativo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputada Celina Leão, que designe relator para emitir parecer sobre a Emenda nº 1 de plenário ou avoque a relatoria.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como nós fizemos acordo, peço a retirada da emenda, para não causar nenhum constrangimento, já que criamos um outro acordo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Ok. Na verdade, a emenda foi rejeitada na admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ok. Eu retirei agora por causa da questão da ética.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Não. V.Exa. retirou o destaque.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Retirei o destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O destaque que V.Exa. apresentou antes. E na CCJ, ela foi rejeitada pela sua admissibilidade. Ok?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Cumprindo o Regimento Interno.

Em virtude da rejeição do Projeto de Lei nº 1.027, de 2012, coloco em discussão o Projeto de Lei nº 932, de 2012, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.212, de 2012, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 63.675.025,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e setenta e cinco mil e vinte e cinco reais)”.

O projeto teve a tramitação concluída. Foram apresentadas cinco emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas apresentadas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, designo o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	61



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

PARECER Nº /2012

ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 1212/2012 QUE
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR À LEI
ORÇAMENTÁRIA DO DISTRITO
FEDERAL NO VALOR DE R\$
63.675.025,00 (SESENTA E TRÊS
MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E
CINCO MIL E VINTE E CINCO
REAIS)".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Wasny de Roure

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe retorna a esta Comissão para análise das emendas de Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso II, 'b' do art. 64, do Regimento Interno da Câmara Legislativa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira das proposições apresentadas e emitir parecer acerca de créditos adicionais¹.

Foram apresentadas as seguintes emendas em Plenário ao PL nº 1212/12:

EMENDA	AUTOR	VALOR
1	ROBÉRIO NEGREIROS	R\$ 3.000.000,00
2	PATRICIO	R\$ 700.000,00
3	AGACIEL MAIA	R\$ 100.000,00
4	ARLETE SAMPAIO (LÍDER DE GOVERNO)	R\$ 400.000,00
5	PAULO RORIZ	R\$ 300.000,00

A emenda nº 03 de autoria do Deputado Agaciel Maia refere-se a remanejamento no orçamento do Tribunal de Contas do DF, realizado a pedido da Sra. Presidente da Corte.

A emenda nº 04 foi apresentada pela Deputada Arlete Sampaio a pedido do Sr. Secretario de Estado de Planejamento e Orçamento.

¹ Art. 64. Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças: [...] II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias: [...] a) adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições; b) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, crédito adicional, contas públicas, operações de crédito internas e externas a qualquer título a serem contratadas pelo Governo do Distrito Federal;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE**

Dessa forma, somos pela **admissibilidade** e **aprovação** das emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº. 1212/2012.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente


Deputado WASNY DE ROURE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.213, de 2012, do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito para financiar aporte de capital na Companhia Energética de Brasília – CEB e dá outras providências”.

O projeto teve tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto que acabamos de votar – até em respeito e consideração à presença do Presidente da CEB aqui no Plenário da Casa – é de extrema valia, pois é um recurso destinado a investimento na área de distribuição da CEB, um contrato a ser firmado com a Caixa Econômica Federal. Este empréstimo tem, portanto, um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

papel decisivo no processo de recuperação dessa empresa quanto à qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Faço questão desse registro, porque foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e a Comissão, inclusive, pretende aprofundar o debate do processo de recuperação da CEB, que já teve anteriormente uma audiência nesta Casa – se não me falha a memória – promovida pela Deputada Liliane Roriz.

Portanto, é uma matéria extremamente positiva, e esta Casa tem tido um papel decisivo no processo de recuperação da empresa. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.214, de 2012, do Poder Executivo, que “altera o art. 2º da Lei nº 4.528, de 23 de dezembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e dá outras providências”.

O projeto teve tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.091, de 2012, do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.732, de 29 de dezembro de 2011, que suspende a exigibilidade e concede remissão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.

Aprovado o parecer favorável da CCJ com uma emenda de Relator. A CEOF deverá se manifestar sobre a emenda de Relator da CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda aprovada. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para não interromper o processo de apreciação no plenário, peço a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

V.Exa. que dê prosseguimento ao próximo item e que, depois, voltemos à matéria em tela.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2012, do Poder Executivo, que “desafeta áreas públicas de uso comum do povo na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

O projeto teve tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	66



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 06/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO
 REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROCESSO Nº _____
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 42/12
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEAO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD				/		
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILTANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	/					
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUIZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT						
	TOTAL					6		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do IO)

SECRETÁRIO DEP. OLGA FRANCISCA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 1381

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na pauta anterior, estava o item nº 93, que é o Requerimento nº 1.871, para a realização de audiência pública na cidade de Planaltina no próximo dia 9. Então, em virtude do tempo curto, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que o incluisse como item extrapauta entre os itens de moções e requerimentos, inclusive com a retificação de que a audiência não será mais realizada na UNB, e sim no Centro Educacional 1 de Planaltina. Então, se V.Exa. me conceder essa deferência, eu lhe agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Cláudio Abrantes, como a audiência será realizada fora desta Casa, o requerimento precisa de 13 votos. Então, vá costurando para não perder o *quorum*.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que coloque como itens extrapauta os requerimentos que estão contidos e que têm consenso, e também as moções. Inclusive, há um requerimento de minha autoria. Então, como são poucos os requerimentos, solicito que votemos todos eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, na verdade, nós temos uma pauta ordinária, e foram apresentados pela Liderança do Governo os itens extrapauta. Nós estamos votando os itens extrapauta, cumprindo um acordo feito no Colégio de Líderes. Também votaremos os quatro vetos acordados no Colégio de Líderes. Depois, retornaremos para todas as moções e requerimentos que precisam ser aprovados no plenário. E, depois, abriremos sessão extraordinária para votarmos os projetos em segundo turno.

Voltamos ao item extrapauta nº 6, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.091, de 2012.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda aprovada pela CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.091, de 2012, do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.732, de 29 de dezembro de 2011, que suspende a exigibilidade e concede remissão do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”.

Sr. Presidente, a propositura em tela recebeu emenda na Comissão de Constituição e Justiça, entretanto ela padece de dificuldade em função da necessária retroatividade à data estabelecida originalmente no projeto de lei, que seria 30 de dezembro de 2011. Portanto, o nosso parecer é pela rejeição da emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. A matéria torna-se inadmissível em função de essa possibilidade tornar-se um problema dentro do próprio projeto, que veio para corrigir esse problema.

Sr. Presidente, esse é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 97:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão Economia, Orçamento e Finanças, sobre a indicação do Sr. Abdon Henrique de Araújo para ocupar o cargo de Presidente do Banco de Brasília – BRB, encaminhado pela Mensagem nº 409, de 2012, Processo nº 26, de 2012.

A indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 31 de outubro de 2012.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	70



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 06/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 1 / 2012

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROCESSO Nº _____
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS *PARECER CEOP Indicação do Sr. Abdou Hamane de Araújo*
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO *Parecer Benedito do BBB*
(PROC. Nº 76/12) Executivo

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEAO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT	/					
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD				/		
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD				/		
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBERTO NEGREIROS	PMDB	/					
	RONEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUTZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		77			07		

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO (Art.119 parágrafo 8º do RD)

SECRETÁRIO DEP. *OLAIR FRANCISCO*

CONSOLIDADO POR *Mau*

ASSINATURA

MAT. *BBM*

ASSP/ Nº *1*

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado em turno único o parecer da CEOF.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções em bloco. (Pausa.)

Havendo acordo, passa-se à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 81:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 400, de 2012, da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os médicos do Distrito Federal pelo seu dia e pelos relevantes serviços prestados à comunidade”.

Item nº 82:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 401, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Colégio Militar de Brasília (CMB) pelo 1º lugar no *ranking* do Distrito Federal, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2012, no ensino básico”.

Item nº 83:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 402, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, que “hipoteca votos de louvor e parabeniza o treinador de futebol de Brasília, Sr. Francisco Ubiraci Rodrigues Oliveira, pelo brilhante desempenho e atuação no preparo de atletas no cenário nacional e internacional”.

Item nº 84:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 403, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Cabo Admilton Pedro, da Polícia Militar do Distrito Federal – Planaltina, pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal”.

Item nº 85:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 404, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sargento Rubens Pereira, do 14º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Distrito Federal”.

Item nº 86:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 405, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Cabo Ruginaldo Marques de Carvalho pela relevante atuação nos serviços prestados no Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso”.

Item nº 87:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 406, de 2012, do Deputado Wasny de Roure, que “apresenta os parabéns ao cerimonialista e servidor do Tribunal de Contas da União, Astrogildo Lima Franco, pelo lançamento do livro *Protocolo e a questão da precedência dos Ministros do TCU*”.

Item nº 88:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 407, de 2012, do Deputado Dr. Michel, que “manifesta votos de pesar pelo falecimento da agente de atividades penitenciárias do DF, ocorrido de forma trágica por afogamento no Estado do Rio Grande do Norte”.

Item nº 89:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 408, de 2012, do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor pela celebração comemorativa do 30º aniversário da Associação Linguística Evangélica Missionária – ALEM”.

Item nº 90:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 409, de 2012, do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor pela celebração comemorativa do 5º aniversário da Primeira Igreja Batista de Águas Claras”.

Item nº 91:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 410, de 2012, do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta votos de louvor e parabeniza Nicole Costa Marinho, aluna de altas habilidades do Centro Educacional nº 8 de Sobradinho – Distrito Federal”.

Item nº 92:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 411, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, que “parabeniza a autoridades profissionais que contribuem com a música no âmbito do Distrito Federal”.

Item nº 93:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.871, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública no dia 9 de novembro de 2012, às 19h, no auditório do Campus da UNB em Planaltina, para debater sobre o complexo cultural de Planaltina”.

Item nº 94:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.953, de 2012, do Deputado Chico Vigilante, que “requer a realização de audiência pública para o dia 7 de dezembro de 2012, para debater a regularização do condomínio Porto Rico em Santa Maria – DF”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.964, de 2012, do Deputado Wasny de Roure, que “requer à Comissão de Assuntos Fundiários a realização de comissão geral para discutir a destinação e uso fundiário adequado do solo rural do Distrito Federal”.

Em discussão, em bloco, as moções e requerimentos lidos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	74



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 06/11/2012

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2012

- PROCESSO Nº _____
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) 1871/12, 1953/12, 1964/12
 OUTROS _____
 MOÇÕES 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, de 2012

Autor: Deputado(a): Vários Deputados Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	/					
	ARLETE SAMPAIO	PT	/					
	AYLTON GOMES	PR	/					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/					
	CELINA LEÃO	PSD	/					
	CHICO LEITE	PT				/		
	CHICO VIGILANTE	PT	/					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/					
	DOUTOR CHARLES	PTB	/					
	DR. MICHEL	PEN				/		
	ELIANA PEDROSA	PSD	/					
	EVANDRO GARLA	PRB	/					
	JOE VALLE	PSB				/		
	LILIANE RORIZ	PSD	/					
	LUZIA DE PAULA	PEN	/					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	/					
	PAULO RORIZ					/		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	/					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	/					
	RÔNEY NEMER	PMDB	/					
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				/		
	WASNY DE ROURE	PT	/					
	WELLINGTON LUTZ	PPL				/		
	PATRÍCIO	PT	/					
	TOTAL		18			06		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO (Art. 109 parágrafo 8º do AD)

SECRETÁRIO DEP. OLAIR FRANCISCO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um rápido registro.

Eu gostaria de cumprimentar o Governador Agnelo e o Secretário Geraldo Magela pela assinatura hoje da transferência da área em que se localiza o Itapoã, que é de propriedade do Governo Federal, ocasião em que a Ministra Miriam Belchior esteve no Palácio do Buriti.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Foi a sua fala, não é? Bom, desculpe, Deputada Arlete Sampaio.

Eu acredito ter sido uma importante decisão para que o governo dê celeridade no processo das transferências de domínio, portanto, da regularização dos imóveis nessa cidade, que vem crescendo de maneira bastante acentuada e que precisa ter a sua autonomia de fato, para que possa prosperar com a devida liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda nessa mesma linha urbanística, vamos dizer assim, eu gostaria de fazer um convite. Eu sei que todos os Parlamentares já receberam em seus gabinetes, mas eu gostaria de fazer o convite aqui no plenário.

Amanhã a Comissão de Assuntos Fundiários fará uma audiência pública para discutir o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, PPCUB. Eu sei que é um tema extremamente importante e de interesse de todos os Parlamentares. Então, eu gostaria de fazer esse convite, dando transparência e acesso a todos os dados, para que os Deputados estejam amanhã, salvo engano, no auditório desta Casa para audiência pública do PPCUB.

Quero informar também que foi encaminhado em meio digital, em uma mídia CD, todo o projeto de lei, Sr. Presidente, inclusive com os anexos e também com as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 11 2012	16h05min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

demandas e requerimentos de uma primeira audiência pública que já foi feita sobre o PPCUB. Então, já estamos indo para a segunda audiência pública.

Inclusive, fizemos uma audiência pública poucos dias antes de o projeto chegar a esta Casa, visto que a minuta já estava disponível no *site* da Secretaria de Habitação. Então, aqueles Deputados que ainda não tiveram acesso podem procurar as suas assessorias que esses recursos, inclusive com a ajuda da Presidência da Casa, já foram encaminhados a todos os gabinetes pela Comissão de Assuntos Fundiários.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para que possamos votar em segundo turno os projetos de lei aprovados extrapauta nesta sessão ordinária e também transferindo toda a pauta da sessão ordinária para a sessão extraordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h40min.)

Ata lida e aprovada na 104ª Sessão Ordinária, de 13/11/2012.